

# Nota Informativa

Edição 043/2023

## DESTAQUES

MGI publica portaria com regras de transição entre leis de licitações e contratos da Administração Pública Federal

Acesso à tecnologia e orçamento: as prioridades dos presidentes de comissões da Câmara

Ministra se reúne com representantes da Huawei

Em encontro, radiodifusores aprovam carta onde pedem regulação de plataformas

STF invalida leis estaduais sobre utilização de depósitos judiciais

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Anatel promove evento sobre transformação digital com foco no consumidor

Estudo revela a principal dificuldade que brasileiros enfrentam para desenvolver habilidades em tecnologia

Metaverso é mercado trilionário, mas não se sabe qual cara terá

Fundador da TSMC diz que fim da globalização no setor de chips dobrará preço do produto

Quase metade dos dados vazados no mundo está no Brasil

Governo pede bloqueio da porta 445/SMB por vulnerabilidade crítica no Microsoft Outlook

ANPD diz que proteção de dados não vale para pessoas falecidas

25ª Edição do Anprotalks tem Inteligência Artificial como tema

Escolas públicas em 10 estados adotam reconhecimento facial

Instituto Federal do Maranhão busca aprofundar parcerias com MCTI

TCO de infraestrutura nativa na nuvem é de US\$ 5,6 milhões, revela estudo

Vazamento de dados entra no ranking de reclamações dos Procons

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Tributação de dividendos terá nova proposta do governo com compensação no IRPJ

Appy afirma que modelo de benefícios fiscais está exaurido

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Ex-governador de Minas vai assumir estatal que cuida de gestão de ativos

## **ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**

OCDE reduz previsão de crescimento do Brasil para 1% em 2023

Governo Lula prevê crescimento menor e estouro da meta de inflação em 2023

Crise nos EUA não é “fator de risco” ao Brasil, diz Armínio Fraga

Economistas preveem que BC manterá postura rígida e não reduzirá a Selic

MPO leva as principais diretrizes de seu trabalho ao Fórum Nacional de Secretários do Planejamento

Desemprego chega a 8,4% entre novembro e janeiro e se mantém estável

Regulação bancária no Brasil é melhor que nos EUA e UE, diz Haddad

Pedidos para rever capacidade de pagamento crescem na reta final do Litígio Zero

IFI: com mais despesas e sem marco fiscal, futuro das contas públicas é incerto

## **JUDICIÁRIO**

Alessandro Vieira aciona STF por volta de comissões mistas

STF tem maioria para derrubar multa adicional de 50% sobre negativa de compensação de tributo

Ministro André Mendonça vota para derrubar cobrança sobre benefício fiscal

CJF e STJ promovem seminário sobre a construção do marco regulatório da inteligência artificial no Brasil

Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgados sobre a obrigação do estipulante de informar as condições contratuais

Judiciário não pode dispensar requisito exigido em estatuto para o ingresso em associações

## ORÇAMENTO

Fazenda corre por fora para neutralizar Casa Civil em reunião da regra fiscal

Ministra convida secretários de planejamento de todo o país a se engajarem na formulação do PPA

## POLÍTICA

Pacheco prorroga por 60 dias vigência de três medidas provisórias

Centrão avalia divisão aleatória de MPs para limitar manobras do governo

Planalto vê Lira 'criando dificuldade para vender facilidade' ao entregar relatoria da regra fiscal à oposição

Metade das MPs aprovadas entre 2021 e 2022 tiveram de ser analisadas em menos de 15 dias no Senado

MDB entra na briga por relatoria do Orçamento de 2024

Governo Lula escala vice-líderes do PSD, União Brasil, MDB e PDT

## RELAÇÕES EXTERIORES

Viagem de Lula à China será de 26 a 31 de março

Para a OCDE, o Banco Central está na direção certa

## TRABALHISTA

Tarcísio não deve cumprir promessa de subir mínimo em SP a R\$ 1.550

Nova lei de SP tenta ampliar emprego de PCDs

## DESTAQUES

### **MGI publica portaria com regras de transição entre leis de licitações e contratos da Administração Pública Federal**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 09h17min

Anova lei de licitações passará a vigor como único regramento para compras públicas a partir de primeiro de abril deste ano, entretanto, os gestores públicos poderão optar por licitar ou contratar pelas leis [8.666/93](#), [10.520/02](#) ou [12.462/11](#) até o próximo dia 31 de março. Essa e outras informações sobre o marco temporal de transição da [Lei 14.133/21](#) foram publicadas na sexta-feira (17/03), no Diário Oficial da União (DOU), por meio da [Portaria nº 720](#), do Ministério da Gestão e de Inovação em Serviços Públicos (MGI). O objetivo da Portaria é estabelecer, de forma sistematizada, o regime de transição a ser observado por órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional entre as Leis que regem as licitações e contratos da Administração Pública,

garantindo segurança jurídica nos processos de licitações. A portaria traz uma série de regras de transição, entre as quais, a que determina que as contratações realizadas com fundamento na Lei 8.666/93 ainda serão processadas no Sistema de Compras do Governo Federal até o dia 1º de abril de 2024, conforme cronograma constante no anexo da Portaria. Essas contratações incluem as atas de registros de preços e contratos decorrentes. Fonte: ASCOM MGI

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Acesso à tecnologia e orçamento: as prioridades dos presidentes de comissões da Câmara**

Poder Legislativo | 16/03/2023 – 20h01min

Ao tomar posse, os novos presidentes das comissões de Ciência e Tecnologia; Comunicação; Cultura; Educação e Esporte ressaltaram a importância da tecnologia e do aumento e da recomposição do orçamento público para tornar o Brasil um país não apenas mais desenvolvido, mas também mais inclusivo. A presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luisa Canziani (PSD-PR), disse à Rádio Câmara que a inovação é o caminho para o país crescer economicamente e reduzir as desigualdades sociais. O deputado Amaro Neto (Republicanos-ES), presidente da Comissão de Comunicação, criada esse ano, é outro que aponta a necessidade de levar acesso às novas tecnologias a toda a população. O deputado considera "inadmissível" que algumas regiões do Brasil continuem completamente isoladas, sem acesso até mesmo a serviços de telefonia móvel. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Ministra se reúne com representantes da Huawei**

Poder Executivo | 16/03/2023 – 18h53min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, recebeu, na quinta-feira (16), representantes da empresa de tecnologia Huawei para discutir projetos de capacitação e inclusão digital. O vice-presidente de Public Affairs para América Latina, Atílio Rulli, explicou os trabalhos desenvolvidos pela empresa, que completa 25 anos no Brasil. Ele citou, por exemplo, o programa Huawei ICT Academy, que firmou parcerias com mais de 200 universidades brasileiras. "Fizemos o treinamento de professores em institutos para a capacitação de jovens em instalação de fibra ótica em duas semanas", lembrou. "É uma mão de obra escassa e muito demandada". Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Em encontro, radiodifusores aprovam carta onde pedem regulação de plataformas**

Mercado | 16/03/2023

A Associação Internacional de Radiodifusão (AIR) aprovou, na quarta, 15, a Carta de Brasília, documento que pede às autoridades públicas dos países das três Américas a implementação de ações e políticas de governo contra práticas anticompetitivas, disseminação de desinformação e discursos de ódio pelas plataformas de Internet. O encontro em Brasília reuniu representantes dos conselhos executivos da AIR e da Abert, uma das entidades que representa empresas de radiodifusão brasileiras, além do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom/PR), Paulo Pimenta, do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), relator do [Projeto de Lei 2630/2020](#), que trata, entre outros temas, do enfrentamento às notícias falsas, dos professores Rose Marie Santini e Marcio Borges (NetLab/UFRJ) e do jornalista Marcelo Rech, presidente-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ). No discurso de abertura, o presidente Abert, Flávio Lara Resende, defendeu regras "mais simétricas em relação ao setor de mídia". Segundo ele, as empresas de tecnologia e as plataformas digitais são "bem-vindas ao ambiente da

comunicação brasileiro", mas é preciso que essas empresas observem regras semelhantes às respeitadas pelos veículos de comunicação. Ele também assinalou que as grandes companhias digitais devem ser responsabilizadas em relação à desinformação que circula em suas plataformas, bem como sobre os conteúdos publicitários e impulsionados. Fonte: TelaViva

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **STF invalida leis estaduais sobre utilização de depósitos judiciais**

Poder Judiciário | 16/03/2023 – 18h26min

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais normas dos Estados da Paraíba, do Espírito Santo, do Amazonas e do Rio Grande do Sul que regulavam a transferência e o uso de depósitos judiciais. As decisões unânimes foram tomadas no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) 5365, 6701 e 6723. O voto do relator dos processos, ministro Luís Roberto Barroso, foi seguido por unanimidade. Ele aplicou aos casos a jurisprudência consolidada do STF de que leis estaduais sobre a matéria violam a competência da União para legislar sobre direito civil e processual civil, para editar normas gerais de direito financeiro e para disciplinar o sistema financeiro nacional. Na mesma sessão virtual, também foi julgado inconstitucional o artigo 10 da Lei 15.232/2018 do Estado do Rio Grande do Sul, que concedia isenção de custas processuais a advogados na execução de seus honorários. A decisão foi tomada na ADI 6859 e também seguiu o voto do relator, ministro Roberto Barroso. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **Anatel promove evento sobre transformação digital com foco no consumidor**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 14h27min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizará, no dia 23 de março, evento sobre o tema Transformação digital: conectividade significativa e relações de consumo no Brasil cada vez mais conectado. A iniciativa, em comemoração ao Dia do Consumidor, busca aprofundar a discussão sobre como a transformação digital impacta a proteção dos consumidores. O encontro será realizado no Espaço Cultural Renato Guerreiro (SAUS Quadra 6, Bloco C – Brasília/DF) a partir das 9h, com transmissão pelo canal da Anatel no YouTube, e abordará, entre outros temas, digitalização do consumidor; mudanças no mercado de telecomunicações e proteção ao consumidor; e educação para o consumidor na era digital. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Estudo revela a principal dificuldade que brasileiros enfrentam para desenvolver habilidades em tecnologia**

Mercado | 17/03/2023 – 14h

Uma pesquisa realizada pela Morning Consult, em parceria com a IBM, revelou que o custo financeiro é o principal obstáculo para os brasileiros que querem desenvolver habilidades em tecnologia. O levantamento, obtido com exclusividade pelo Valor, ouviu 14 mil estudantes e profissionais em busca de emprego de 13 países diferentes. O estudo apontou ainda que metade dos respondentes acredita não estar preparada para trabalhar na área por não possuir os diplomas acadêmicos necessários. Além disso, grande parte afirma não saber por onde começar a se qualificar. Victor Piotto, gerente de responsabilidade social corporativa da IBM Brasil, destaca que a demanda por mão de obra qualificada é uma das principais questões para as áreas de STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática,

na sigla em inglês). "Há oportunidades para diferentes estágios de carreira e com possibilidades de desenvolvimento contínuo", ressalta. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Metaverso é mercado trilionário, mas não se sabe qual cara terá**

Mercado | 17/03/2023 – 11h11min

Com o ChatGPT aparecendo no fim do ano passado, a inteligência artificial (IA) roubou parte dos holofotes dedicados ao metaverso. Os temas dominaram as palestras e painéis do Mobile World Congress (MWC), um dos principais eventos de tecnologia do mundo, realizado entre 27/2 e 2/3/23 em Barcelona. Há um entrelaçamento entre ambos. A IA é uma das tecnologias fundamentais para a existência de aplicações de metaverso. Para que um óculos consiga ler o ambiente e gerar uma visualização de um objeto virtual como se estivesse na sala, por exemplo, precisa dela para analisar o espaço. A lógica lembra os filtros no Instagram reconhecendo um rosto para colocar orelhas de cachorro. Há, também, uma diferença fundamental. A inteligência artificial aparece em várias aplicações práticas, como robôs de conversa, reconhecimento de imagens, prevenção de fraude, etc. Enquanto isso, o metaverso ainda precisa mostrar a que veio e se tornar mais íntimo do público, uma confusão que leva mesmo os especialistas nos palcos do MWC a não terem muita clareza e uniformidade em uma definição. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Fundador da TSMC diz que fim da globalização no setor de chips dobrará preço do produto**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 02h01min

Morris Chang, o taiwanês fundador da maior indústria de chips do mundo, disse que apoia as tentativas dos Estados Unidos de desacelerar o progresso do desenvolvimento de chips da China. Mas também afirmou que Washington deixou Taiwan fora de sua visão de "friendshoring", ou transferência da produção de semicondutores para países amigos. O fundador e ex-presidente da Taiwan Semiconductor Manufacturing Co. (TSMC) falou em um painel de discussão em Taipei com o autor de "Chip War", Chris Miller, na quinta-feira, onde também alertou que os custos de produção de chips nos Estados Unidos podem acabar sendo duas vezes maiores do que em Taiwan. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Quase metade dos dados vazados no mundo está no Brasil**

Mercado | 17/03/2023

A segurança da informação está cada vez mais complexa e as vulnerabilidades vão continuar acontecendo, revela relatório da Tenable, divulgado na quinta-feira, 16/03, em São Paulo. O estudo mostra que 257 terabytes de dados foram expostos no mundo em 2022, sendo que 112 terabytes foram aqui no Brasil, o que significa que o país detém 43% do total de dados expostos. O relatório aponta ainda que 2,29 bilhões de registros estão expostos, sendo 800 milhões de registros foram vazados por causa de banco de dados desprotegidos. "Segurança é muito complexa. O mundo deixou de ser LAN e WAN. E não há integração suficiente na segurança. Ainda há muitos silos. O gerenciamento não é do produto, mas de riscos. As vulnerabilidades não vão deixar de crescer. Elas cresceram 300% em sete anos. Não vamos nos iludir. Mas não se pode mais agir como reação, e sim, como prevenção. O gerenciamento é de riscos. Isso tem de ficar muito transparente para o negócio", afirmou o diretor geral da Tenable no Brasil, Arthur Capella. Um outro ponto preocupa muito: o gap de formação de profissionais de cibersegurança. "O Brasil está ficando cada vez mais para trás. Temos de agir o quanto antes", completou. Fonte: Abranet

## **Governo pede bloqueio da porta 445/SMB por vulnerabilidade crítica no Microsoft Outlook**

Poder Executivo | 17/03/2023

O Governo Federal lançou um alerta de vulnerabilidade crítica no Microsoft Outlook. A falha permite roubo de credenciais e potencial escalção de privilégios. As ações maliciosas exploram a vulnerabilidade descrita na Common Vulnerabilities and Exposures (CVE) abaixo relacionada: <https://nvd.nist.gov/vuln/detail/CVE-2023-23397> O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), por intermédio do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov), solicita às instituições da Administração Pública Federal (APF) e orienta as demais entidades/instituições que identifiquem sistemas Microsoft Outlook vulneráveis sob sua responsabilidade e apliquem as devidas atualizações com a urgência que o caso requer, conforme instruções publicadas na seção "Security Updates" da página: <https://msrc.microsoft.com/update-guide/vulnerability/CVE-2023-23397>. Fonte: Anprotec

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ANPD diz que proteção de dados não vale para pessoas falecidas**

Poder Executivo | 17/03/2023

Ao responder uma consulta feita pela Polícia Rodoviária Federal, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados firmou um posicionamento de que a Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei 13.709/18](#)) não alcança dados relativos a pessoas já falecidas. Os dispositivos da LGPD, portanto, só protegem os vivos. "A LGPD se aplica apenas a informações relacionadas a pessoas naturais, ou seja, vivas, identificáveis ou identificadas. Os dados relativos a uma pessoa falecida não constituem dados pessoais para fins de LGPD e, portanto, não estão sujeitos ao nível de proteção da LGPD", diz a ANPD na Nota Técnica 3/23, da Coordenação Geral de Fiscalização. A análise da Autoridade foi provocada a partir de uma consulta feita pela PRF, que pretende criar uma página na web com nomes e fotos de ex-servidores já falecidos, a título de homenagem. Segundo a avaliação da ANPD, a Lei de proteção de dados "foi editada para regulamentar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural". Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **25ª Edição do AnproTalks tem Inteligência Artificial como tema**

Mercado | 17/03/2023

No dia 24 de março, às 15h30, acontece a 25ª edição do AnproTalks. O episódio será realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii, e terá como tema "Inteligência Artificial: Como viabilizar projetos em parceria com a Embrapii". Confira os participantes: José Henrique Videira Menezes – Gerente de Mobilização Empresarial Graduado em economia pela Universidade Mackenzie, possui especialização em ciência política pela Universidade de Brasília e mestrado em política científica e tecnológica pela University of Sussex, Reino Unido. Foi pesquisador visitante em Indústria 4.0 no Instituto Fraunhofer IPK, Alemanha. Atuou profissionalmente na IBM Brasil, Amcham Brasil, CNPq e Ministério da Economia, onde é servidor de carreira e foi diretor de Tecnologias Inovadoras. Atualmente está cedido para a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), onde atua como gerente de Mobilização Empresarial; Michel Sehn – CEO 4VANTS Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal

de Santa Catarina (2003), graduado em Tecnologia de Processamento de Dados (2000) e Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2007) possui 10 anos de experiência na área Comercial e Regulatória do Mercado Livre de Energia Elétrica e na área de Ciência da Computação com ênfase em teleinformática, padrões médicos e processamento de imagens e inteligência artificial. Atualmente é Diretor da 4VANTS empresa de inteligência artificial que identifica e analisa ativos em imagens. Fonte: Anprotec

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Escolas públicas em 10 estados adotam reconhecimento facial**

Mercado | 17/03/2023

Um novo relatório do Internetlab mostra que sistemas de reconhecimento facial começa a ser usados em escolas públicas do país. Em um mapeamento do uso de tecnologias de vigilância em sala de aula, a entidade identificou aplicações já existentes em 14 cidades de 9 estados, além de uma política de abrangência estadual no Tocantins. Tratadas como panaceia na segurança pública, as tecnologias de reconhecimento facial são constante alvo de críticas diante de falhas e, especialmente, vieses associados ao tipo de aprendizado de máquina envolvido. Não por menos, o relatório destaca riscos de discriminação, violação e compartilhamento de dados de crianças com terceiros, além de uso sem adequada formação dos docentes. “O relatório questiona se o reconhecimento facial poderia ser considerado de fato uma ‘tecnologia da educação’ apta à resolução de questões estruturais do ambiente escolar. Argumenta que se trata de uma tecnologia de vigilância cujo uso tem sido questionado mundialmente, da qual emergem denúncias de vieses discriminatórios e questões relacionadas à segurança, à transparência e à eficácia do sistema. Considerando-se o público-alvo de crianças e adolescentes, o tópico se torna ainda mais sensível”, destaca o Internetlab. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Instituto Federal do Maranhão busca aprofundar parcerias com MCTI**

Poder Executivo | 16/03/2023 – 18h22min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, defendeu, na quinta-feira (16), a parceria com institutos federais de educação para ampliar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A afirmação foi feita durante reunião com o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Carlos César Teixeira. Ela lembrou que o governo do presidente Lula promoveu a expansão e a interiorização dos institutos federais, que passaram a ter extensão e pesquisa. “E isso mudou a vida das pessoas”, afirmou a ministra. “O antigo governo desqualificou as universidades, quando, na verdade, é incontestável que nossa base científica é pujante e forte”.

Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **TCO de infraestrutura nativa na nuvem é de US\$ 5,6 milhões, revela estudo**

Mercado | 16/03/2023

O Custo Total de Propriedade (TCO) de uma infraestrutura nativa na nuvem é de US\$ 5,6 milhões, em média, e projeto pode demorar 18 meses. Esta é a conclusão do estudo "Cloud-Native Development Report: The High Cost of Ownership", lançado na quinta-feira, 16, pela OutSystems. Para calcular o TCO de uma infraestrutura de desenvolvimento de aplicações cloud-native, a empresa analisou os custos acumulados ao construir as primeiras aplicações nessa nova plataforma. O relatório inclui também uma análise detalhada da construção de uma equipe com os conhecimentos necessários. O TCO é decomposto em duas fases: • Fase 1: Custos Ambientais das Infraestruturas – Em média, as empresas

gastarão 2,7 milhões de dólares de base nas suas infraestruturas cloud-native. Estes custos incluem a arquitetura, construção, gestão, manutenção e dimensionamento de toda estrutura. Os custos associados a ferramentas e serviços correspondem a 21% desta fase. Devido à complexidade, a contratação e a integração de peritos cloud-native na equipe também contribuem para o elevado custo. Isto, juntamente com o custo salarial, equivale a 79% do custo total desta fase. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Vazamento de dados entra no ranking de reclamações dos Procons

Poder Executivo | 16/03/2023

Mais um ranking de reclamações nos Procons, mais um troféu de campeãs de queixas para as operadoras de telecomunicações. O balanço de 2022, divulgado na quinta, 16/3, coloca Oi, Claro e Vivo no top 3 da lista de reclamações, com a TIM aparecendo em quinto (atrás do Bradesco). “Segundo o levantamento, os problemas relacionados a cobranças contestadas pelos consumidores permanecem o de maior recorrência no setor. Ofertas pouco claras e processos bastante simplificados de contratação têm propiciado adesões sem mínimo conhecimento e/ou compreensão prévia, por parte dos consumidores acerca das implicações e dos custos envolvidos nessas contratações. Esses problemas ocorrem nas práticas de todas as operadoras”, destacou a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. A novidade no relatório de 2022 foram as reclamações contra serviços na internet, o que inclui provedores de conteúdo, redes sociais e sites de pesquisa, que aparece pela primeira vez entre os assuntos mais reclamados no portal consumidor.gov.br, que recebe queixas dos consumidores e cobra respostas das empresas.

Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Tributação de dividendos terá nova proposta do governo com compensação no IRPJ

Poder Executivo | 17/03/2023 – 11h54min

O governo federal irá enviar uma nova proposta de reforma do Imposto de Renda ao Congresso, que deve prever tributação de dividendos compensada pela redução do imposto corporativo, descartando a possibilidade de utilizar o projeto sobre o tema que está atualmente no Senado, afirmou na sexta-feira (17) o secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Durante debate realizado pelo Insper sobre tributação da renda e patrimônio, Appy e Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, listaram cinco princípios da nova proposta: progressividade, isonomia, neutralidade, competitividade internacional e segurança jurídica. Os dois ressaltaram diversas vezes que a proposta do governo não está pronta, mas que há "uma possibilidade razoável" de ter um novo projeto que trate da tributação do dividendo na pessoa física com redução dos tributos na pessoa jurídica (IRPJ/CSLL). "Em princípio a ideia é elaborar um novo projeto do Imposto de Renda para mandar para o Congresso no segundo semestre. O projeto que está hoje no Senado [já aprovado na Câmara] tem muitos problemas e não é uma boa base para avançar com o debate", disse Appy. "Não há uma decisão do governo sobre isso, mas é um cenário provável, com base no que falamos com o presidente [Lula], caminhar para a tributação de dividendos e reduzir a alíquota corporativa", afirmou Loria, que está trabalhando nessa proposta dentro do ministério. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Appy afirma que modelo de benefícios fiscais está exaurido

Poder Executivo | 17/03/2023 – 08h26min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou na quinta-feira (16) que o princípio da tributação no destino e o Fundo de Desenvolvimento Regional, previstos nas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, são instrumentos mais eficientes para fomentar o crescimento dos estados do que os benefícios fiscais adotados hoje. “Os benefícios estão perdendo relevância, na medida em que todos os estados passaram a oferecê-los. É um modelo exaurido, em que todos perdem”, disse Appy durante evento sobre a reforma tributária, promovido em Goiânia, pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), em parceria com o Fórum Empresarial e com a Associação Pró-desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial Brasil). Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Ex-governador de Minas vai assumir estatal que cuida de gestão de ativos

Poder Executivo | 17/03/2023 – 12h01min

O ex-governador de Minas Gerais Fernando Pimentel vai assumir em breve a presidência da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), estatal criada no governo FHC que gerir os ativos que a União tem a receber — um total estimado em R\$ 40 bilhões. A indicação foi do próprio Fernando Haddad. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### OCDE reduz previsão de crescimento do Brasil para 1% em 2023

Mercado | 17/03/2023 – 15h03min

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) reduziu a previsão de crescimento do Brasil para 1% em 2023. Para a economia mundial, a expectativa é de crescimento de 2,6% neste ano. A taxa de crescimento global foi 1,3 ponto percentual mais fraco do que o esperado pela organização. A queda teria sido ocasionada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia e a desaceleração da China. O relatório sobre economia global foi divulgado na sexta-feira (17). Eis a [íntegra](#). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Governo Lula prevê crescimento menor e estouro da meta de inflação em 2023

Poder Executivo | 17/03/2023 – 14h33min

Em sua primeira divulgação de projeções econômicas desde o início do mandato, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) informou prever um crescimento mais tímido da economia em 2023, embora o dado ainda seja mais otimista do que o esperado pelo mercado. O Ministério da Fazenda calcula um crescimento de 1,61% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, menor do que a estimativa anterior, feita ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que previa uma alta de 2,1%. No Boletim Focus, do Banco Central, a expectativa de analistas do mercado até melhorou nas últimas semanas, mas ainda é de um avanço mais tímido, de 0,89% neste ano. O governo também estima um novo estouro da meta de inflação em 2023 — se confirmado, será o terceiro consecutivo. A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) saiu de 4,6% para 5,31%. A meta neste ano é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Os novos números foram divulgados na sexta-feira (17) pela SPE (Secretaria de Política Econômica). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

## **Crise nos EUA não é “fator de risco” ao Brasil, diz Armínio Fraga**

Mercado | 17/03/2023 – 14h02min

O economista e ex-presidente do BC (Banco Central) Armínio Fraga disse que não é um “fator de risco” ao Brasil a crise nos bancos dos Estados Unidos. O SVB (Silicon Valley Bank), conhecido por financiar startups, e o Signature Bank decretaram falência nos últimos dias. Segundo o economista, o atual sistema bancário brasileiro está “sólido” e a economia está razoavelmente fechada. “Uma contaminação vinda de fora não é o principal fator de risco aqui”, afirmou em entrevista publicada ao jornal Folha de S.Paulo na sexta (17). Apesar da consolidação do cenário bancário brasileiro, Fraga diz que a situação macroeconômica é “muito frágil” com juros altos. “É claro que os juros altos são um problema, e não é de hoje. Mas a cura para essa condição é fiscal”, disse. Ele avalia que o Banco Central só conseguirá atuar em um cenário de crise bancária se o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentar definições para fragilidade fiscal. Em fevereiro, Fraga avaliou que a autoridade monetária precisava de uma “ajuda fiscal” do governo para cumprir a meta de inflação, como o compromisso de aprovação da reforma tributária. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Economistas preveem que BC manterá postura rígida e não reduzirá a Selic**

Mercado | 17/03/2023 – 13h09min

O Banco Central do Brasil vai insistir em sua postura agressiva na próxima semana, deixando a taxa Selic no nível mais alto em seis anos, ao mesmo tempo em que provavelmente afastará as esperanças de qualquer afrouxamento iminente da política monetária, previram economistas em uma pesquisa da Reuters. Seria a quinta reunião consecutiva em que o BC manteria a Selic em 13,75%, após interromper um ciclo agressivo de alta dos juros. Mas os riscos internos altistas para a inflação persistem e os problemas recentes em alguns bancos menores dos EUA estão tornando o cenário global mais desafiador. No comunicado que acompanhará sua decisão de quarta-feira que vem, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve reiterar uma visão cautelosa sobre as contas públicas do Brasil, no aguardo da forma final do novo arcabouço fiscal planejado pelo governo. Todos os 30 economistas da pesquisa realizada de 13 a 16 de março disseram esperar que a Selic fique em 13,75%, um nível restritivo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem criticado, alegando que é prejudicial à economia. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **MPO leva as principais diretrizes de seu trabalho ao Fórum Nacional de Secretários do Planejamento**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 12h50min

O planejamento com foco em desenvolvimento e a articulação entre estados e municípios, além do orçamento federal pautado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e de aspectos fiscais do país, foram assuntos discutidos no 85º Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan). Além da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que falou na abertura, três secretários do MPO estiveram presentes no evento, em Brasília: Leany Lemos e Paulo Bijos, na quinta-feira (16), e Sérgio Firpo, na sexta (17). Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Desemprego chega a 8,4% entre novembro e janeiro e se mantém estável**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 10h43min

A taxa de desocupação, que mede o desemprego no Brasil, alcançou 8,4% no trimestre terminado em janeiro. O percentual significa estabilidade se comparado ao período anterior, entre agosto, setembro e outubro de 2022, que atingiu 8,3%. Desde 2015, é a menor taxa para o trimestre de novembro a janeiro. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve recuo de 2,9 pontos percentuais. O rendimento real habitual subiu 1,6% no período. O contingente de desempregados no trimestre de novembro a janeiro somou 9 milhões de pessoas, valor que repete os números do período terminado em outubro. No entanto, na comparação anual, apresentou menos 3 milhões de pessoas, quando havia 12 milhões de nessa condição. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na sexta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Regulação bancária no Brasil é melhor que nos EUA e UE, diz Haddad**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 08h50min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que o Brasil está seguro contra possíveis turbulências da crise causada pelas quebras dos bancos SVB (Silicon Valley Bank) e Signature Bank e por temores do mercado com o futuro do Credit Suisse. Para Haddad, a “regulação bancária do Brasil é muito superior e mais rígida do que a americana e a europeia”. Ele cita o fortalecimento institucional com crises econômicas do passado e mecanismos de resgate criados durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. “Se a crise ficar do tamanho que está, tudo bem”, disse ao jornal O Estado de S.Paulo, segundo publicado na sexta (17). O ministro também falou sobre o novo teto de gastos –chamado pelo governo de arcabouço fiscal– que deve ser apresentado para a análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) antes de sua viagem à China, no final de março. O mecanismo é a maior aposta da equipe econômica para reduzir o déficit das contas públicas, hoje estimado em R\$ 231,5 bilhões. Em linhas gerais, o dispositivo que substituirá o teto de gastos deve ser anticíclico, ou seja, não considera período de baixa na economia para cortar investimentos públicos ou de alta para elevar gastos. Também deve considerar o PIB per capita como referência para despesas. Para formalizar a proposta, Haddad disse ter estudado modelos tributários de ao menos 30 países. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Pedidos para rever capacidade de pagamento crescem na reta final do Litígio Zero**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 06h00min

O número de contribuintes que pediram revisão de sua capacidade de pagamento de débitos a serem negociados com a Fazenda Nacional e a Receita Federal cresceu em março, último mês para adesão ao programa PRLF-Litígio Zero. Os requerimentos feitos na primeira quinzena de março superaram em quase 50% os recebidos em todo o mês anterior (veja gráfico abaixo). A pedido do blog, a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) informou ter recebido 113 requerimentos neste mês, segundo dados enviados na quinta (16). Destes, 35% já tiveram análise concluída ou considerada prejudicada, e 19% estão em análise ou aguardando envio de mais informações. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **IFI: com mais despesas e sem marco fiscal, futuro das contas públicas é incerto**

Poder Executivo | 16/03/2023 – 18h15min

À espera do novo marco fiscal, que deve ser apresentado em breve pelo Ministério da Economia, o Brasil continua com o futuro das contas públicas indefinido, segundo o

Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de março. O documento, produzido pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, traz a revisão da expectativa para o déficit primário em 2023, que subiu de R\$ 118,3 bilhões (1,1% do PIB) para R\$ 125,0 bilhões (1,2% do PIB) devido ao aumento na projeção da despesa. Esperamos que as sinalizações futuras, particularmente a definição da nova âncora fiscal, contribuam para melhorar o cenário econômico e fiscal, de modo a promover a sustentabilidade da dívida pública no médio e longo prazo”, diz o texto sobre a expectativa de divulgação do novo marco fiscal, que pode ser anunciado nos próximos dias. Fonte: Senado Federal

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## JUDICIÁRIO

### Alessandro Vieira aciona STF por volta de comissões mistas

Poder Judiciário | 17/03/2023 – 15h35min

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) acionou ao STF (Supremo Tribunal Federal) na quinta (16) para assegurar a volta das comissões mistas (formadas por deputados e senadores). Eis a [íntegra da ação](#). Na reclamação enviada ao ministro Alexandre de Moraes, o senador questiona a “desobediência” da Câmara dos Deputados de cumprir a decisão do ministro quanto à condução de MPs (medidas provisórias) em tramitação. A Constituição determina que o Congresso Nacional forme uma comissão mista para analisar cada medida provisória assinada pelo presidente da República, com prazo de até 48 horas. No início da pandemia, o ministro determinou que as MPs poderiam ser votadas diretamente em Plenário de forma provisória, devido a impossibilidade de reunir todos os congressistas para formar a comissão mista. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### STF tem maioria para derrubar multa adicional de 50% sobre negativa de compensação de tributo

Poder Judiciário | 17/03/2023 – 11h47min

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para entender que é inconstitucional a cobrança de multa adicional de 50% aplicada quando a Receita Federal indefere pedidos de compensação de tributos. O governo estima que o impacto causado com essa derrota para o Fisco seja de R\$ 3,7 bilhões. Além da chamada multa isolada de 50%, o Fisco aplica nesses casos multa de mora de 20%, o que representa uma dupla punição para o contribuinte. O valor do débito é ainda corrigido pela taxa básica de juros. O caso começou a ser julgado em plenário virtual, plataforma onde os ministros depositam os seus votos nos julgamentos, em 2020, e foi paralisado por pedidos de vista. Os ministros Edson Fachin, relator da ação, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, André Mendonça, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Celso de Mello (já aposentado), votaram pela inconstitucionalidade da multa. Alexandre de Moraes fez ressalvas pontuais. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Ministro André Mendonça vota para derrubar cobrança sobre benefício fiscal

Poder Judiciário | 17/03/2023 – 10h15min

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu razão aos contribuintes e votou na sexta-feira (17), no Plenário Virtual, para derrubar dois fundos de emergência que foram criados pelo Estado do Rio de Janeiro - o FEEF e o FOT. Com a retomada do julgamento, o placar está, por ora, em um a um. Empresas que recebem benefícios e incentivos fiscais vêm sendo obrigadas, desde 2017, a depositar nesses fundos

10% do valor total concedido pelo Estado. Essa condição, na prática, reduz o benefício fiscal a que o contribuinte teria direito e, conseqüentemente, aumenta os valores a pagar de ICMS.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **CJF e STJ promovem seminário sobre a construção do marco regulatório da inteligência artificial no Brasil**

Poder Judiciário | 17/03/2023 – 09h

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), promoverão, no dia 17 de abril, o seminário A Construção do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil. O evento acontecerá, a partir das 9h, no auditório do CJF. Sob a coordenação-geral do vice-presidente do STJ, ministro Og Fernandes, o seminário tem o objetivo de debater a elaboração do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil, bem como as principais repercussões para o setor de inovação tecnocientífica a partir da implementação de ferramentas de governança regulatória. O evento ainda conta com a coordenação científica do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, da presidente da comissão de direito digital da OAB Federal, Laura Schertel Mendes, do diretor-fundador do Data Privacy Brasil Escola e Associação de Pesquisa, Bruno Ricardo Bioni, e da professora da Universidade de Brasília (UnB) Ana Frazão. O público-alvo do seminário são membros da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados, juristas, graduandos em Direito, agentes do setor de inovação tecnocientífica e demais envolvidos na mobilização do marco regulatório da Inteligência Artificial no Brasil. Os certificados serão emitidos em até 10 dias após a realização do evento. Os interessados podem se inscrever até o dia 14 de abril por meio [deste link](#). Mais informações estão disponíveis na [página do evento](#). Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgados sobre a obrigação do estipulante de informar as condições contratuais**

Poder Judiciário | 17/03/2023 – 08h20min

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) atualizou a base de dados de Repetitivos e IACs Anotados. Foram incluídas informações a respeito do julgamento dos Recursos Especiais 1.874.811 e 1.874.788, classificados no ramo do direito civil, no assunto contrato de seguro. Os acórdãos estabelecem tese sobre a obrigação exclusiva do estipulante de prestar informações prévias aos potenciais segurados acerca das condições contratuais, inclusive sobre cláusulas limitativas e restritivas de direito previstas na apólice mestre de contrato de seguro de vida coletivo. A página de Precedentes Qualificados do STJ traz informações atualizadas relacionadas à tramitação – como afetação, desafetação e suspensão de processos –, permitindo pesquisas sobre recursos repetitivos, controvérsias, incidentes de assunção de competência, suspensões em incidente de resolução de demandas repetitivas e pedidos de uniformização de interpretação de lei, por palavras-chaves e vários outros critérios. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **Judiciário não pode dispensar requisito exigido em estatuto para o ingresso em associações**

Poder Judiciário | 17/03/2023 – 07h10min

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, declarou que o Poder Judiciário não pode, em regra, dispensar requisito exigido em estatuto para o

ingresso de terceiros em associação. Segundo o colegiado, a garantia constitucional da liberdade associativa pressupõe também que os associados tenham o direito de escolher as regras para o ingresso de novos participantes. Com esse entendimento, a turma deu provimento a recurso especial da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que condicionou o ingresso de uma indústria de produtos plásticos à apresentação da certidão negativa de recuperação judicial e falência, conforme exige o seu estatuto. Segundo os autos, a sociedade industrial passava por processo de recuperação judicial e postulou em juízo que fosse dispensada de apresentar a certidão para aderir ao Ambiente de Contratação Livre – operado pela CCEE –, no qual as operações de compra e venda de energia elétrica são livremente negociadas em contratos bilaterais. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) manteve a sentença favorável ao pedido, por entender que ela atendia ao propósito da recuperação, sem violar interesses de terceiros ou de natureza pública. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ORÇAMENTO

### Fazenda corre por fora para neutralizar Casa Civil em reunião da regra fiscal

Poder Executivo | 17/03/2023 – 11h28min

A aguardada reunião sobre o novo arcabouço fiscal com o presidente Lula vai expor uma queda de braço cada vez menos discreta entre os ministérios da Fazenda e da Casa Civil. Integrantes da equipe econômica temem que a nova regra seja bombardeada por Rui Costa, hoje considerado o homem mais forte do governo e colecionando, a ritmo acelerado, inimigos na Esplanada. Há expectativa sobre o grau de afrouxamento e exceções para investimento, que devem ser demandadas pela Casa Civil. Os detalhes da nova regra serão apresentados na sexta (17) à tarde, mas já se sabe que ela deve propor um crescimento menor das despesas em relação ao crescimento da arrecadação, zerar o déficit fiscal em 2024 e um mecanismo anticíclico, que permitiria mais afrouxamento da regra de gastos em tempos de baixo crescimento. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Ministra convida secretários de planejamento de todo o país a se engajarem na formulação do PPA

Poder Executivo | 16/03/2023 – 19h25min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, convidou os secretários de planejamento dos 26 Estados e do Distrito Federal a se engajarem na formulação de um Plano Plurianual (PPA) que seja efetivo e que permita construir políticas públicas inclusivas e eficientes. “Cabe a nós dizer: agora é para valer. Cabe a nós fazer um PPA que deixe de ser uma letra morta para se transformar em uma lei viva”, defendeu Tebet, durante o primeiro dia do 85º Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, organizado pelo Conseplan, realizado na quinta-feira, (16). Tebet contou aos secretários que o governo federal vai fazer um PPA participativo e ponderou que quando um governo assume o compromisso de ouvir a todos para construir “o Brasil que queremos”, a responsabilidade de transformar as prioridades elegidas pela população em políticas públicas efetivas é muito maior. “Vamos ter que administrar esse sonho”, disse ela. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### Pacheco prorroga por 60 dias vigência de três medidas provisórias

Poder Legislativo | 17/03/2023 – 14h49min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prorrogou na sexta-feira (17) por 60 dias a vigência de três medidas provisórias. São elas a [MP 1.143/2022](#), que determinou que o valor do salário mínimo seria de R\$ 1.302 a partir de 1º de janeiro de 2023; a [MP 1.144/2022](#), que concedeu um crédito especial de R\$ 7,5 bilhões ao Ministério do Trabalho e Previdência; e a [MP 1.145/2022](#), que alterou valores na taxa de fiscalização dos tacógrafos. Com isso, o Parlamento tem mais 60 dias para a análise das três medidas provisórias, podendo aprová-las, rejeitá-las ou modificar o texto de cada uma. Quanto ao reajuste do salário mínimo para 2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou recentemente que o valor deverá ser reajustado para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio, por meio de uma nova medida provisória. Já em relação à liberação do crédito de R\$ 7,5 bilhões ao Ministério do Trabalho, os recursos destinam-se a pagar despesas com benefícios do Fundo do Regime Geral de Previdência. Também na sexta-feira, foi confirmada através de publicação no Diário Oficial da União o fim da vigência da [MP 1.137/2022](#), que concedia a residentes no exterior, a partir de 1º de janeiro de 2023, isenção no Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações feitas no Brasil em títulos privados, em fundos de investimento em direitos creditórios ou em letras financeiras. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Centrão avalia divisão aleatória de MPs para limitar manobras do governo**

Poder Legislativo | 17/03/2023 – 13h02min

Diante da discussão de um novo modelo para tramitação de MPs (medidas provisórias), integrantes do centrão na Câmara têm defendido a distribuição aleatória dos textos entre as duas Casas do Congresso Nacional. Isso reduziria a margem de manobra do Palácio do Planalto, que poderia agir para que MPs mais polêmicas recebessem a palavra final do Senado. O governo tem tentado mediar um acordo entre deputados e senadores e analisa mudar a Constituição Federal para encerrar a disputa de poder que se arrasta desde o mês passado entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Uma das ideias é acabar com a criação de comissões formadas por parlamentares das duas Casas para a análise de MPs, como prevê a Constituição, antes da votação no plenário da Câmara e do Senado. A principal proposta em discussão prevê que metade das medidas provisórias comece a tramitar pela Câmara, e a outra metade pelo Senado. Essa divisão de forma alternada —uma Casa seguida da outra— dá previsibilidade ao governo. Mas o plano de membros do centrão inclui a distribuição das MPs de forma aleatória, o que diminui o controle do Palácio do Planalto. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Planalto vê Lira 'criando dificuldade para vender facilidade' ao entregar relatoria da regra fiscal à oposição**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 12h58min

A intenção do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de entregar a relatoria da proposta de nova regra fiscal a um parlamentar da oposição é interpretada por articuladores do Palácio do Planalto como uma jogada para que ele possa cobrar uma fatura ainda mais alta do governo daqui em diante. Interlocutores do governo dizem que Lira lhes confidenciou que iria entregar a relatoria ao deputado federal Mendonça Filho (União Brasil-PE). Apesar de ter indicado três ministros e vários nomes para o segundo escalão do governo, o União Brasil se considera independente, nem base, nem oposição. O presidente da Câmara, no entanto, tem afirmado que o seu partido, o Progressistas, de oposição, está cobrando a relatoria. No União Brasil, há parlamentares mais alinhados ao PT, e outros no campo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Egresso do DEM, Mendonça Filho

não integra o grupo bolsonarista, mas tem um histórico de oposição ao PT. O Planalto não faz questão que a relatoria fique com algum deputado governista, mas obviamente quer um relator que não descaracterize a proposta de regra fiscal elaborada pelo governo. Com Mendonça Filho ou com um deputado do PP na relatoria, há risco de que isso aconteça. Arthur Lira, então, teria de fazer um esforço e gastar seu capital político para “enquadrar” o relator para não deformar a proposta. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Metade das MPs aprovadas entre 2021 e 2022 tiveram de ser analisadas em menos de 15 dias no Senado**

Poder Legislativo | 17/03/2023 – 12h44min

O Senado teve menos de 15 dias para analisar 36 das 68 medidas provisórias (MPs) aprovadas entre 2021 e 2022, o que representa 53% dessas propostas. O prazo regimental de tramitação dessas propostas é de até 120 dias, e precisa ser dividido entre Câmara e Senado. Além das 68 medidas provisórias analisadas no período, 19 caducaram, foram rejeitadas ou revogadas. O levantamento não considerou as MPs de crédito extraordinário. O prazo que resta ao Senado para votar esse tipo de matéria se tornou um dos elementos de impasse sobre o rito de tramitação das medidas provisórias, e é alvo de divergência entre os presidentes da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Senadores reclamam do pouco tempo deixado pelos deputados para análise das matérias. À reportagem, Lira disse que a situação “não corresponde à ampla maioria de medidas apreciadas” e que acredita “no bom senso e num possível acordo” com o Senado. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **MDB entra na briga por relatoria do Orçamento de 2024**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 05h00min

Não é só PL e União Brasil que disputam a relatoria do Orçamento de 2024. O líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), diz que a sigla, por fazer parte do rodízio entre aqueles que vão assumir postos estratégicos da CMO nos próximos quatro anos, deveria ter vez. A justificativa é que se o acesso se dará por meio de um acordo político que vem sendo costurado por Lira entre os partidos e não pelo tamanho das siglas, não há porque não atender ao MDB. “Vamos brigar por isso (relatoria)”, disse Isnaldo. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Governo Lula escala vice-líderes do PSD, União Brasil, MDB e PDT**

Poder Executivo | 16/03/2023 – 19h30min

Os nomes dos senadores Daniella Ribeiro (PSD-PB), Dorinha Seabra (União Brasil-TO), Confúcio Moura (MDB-RO) e Weverton Rocha (PDT-MA) serão publicados na 6ª feira (17) no Diário Oficial da União como vice-líderes do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Senado. Com isso, a gestão petista terá uma senadora que apoiou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na base oficial de sustentação: Dorinha Seabra. A congressista foi, em 6 de outubro de 2022, ao Palácio da Alvorada declarar sua adesão à candidatura do ex-presidente no 2º turno. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

### **Viagem de Lula à China será de 26 a 31 de março**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 09h45min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estará na China de 26 a 31 de março. A informação foi confirmada pela ministra adjunta dos Negócios Estrangeiros da China e porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do país, Hua Chunying, e pelo governo brasileiro em nota. “A convite do presidente Xi Jinping, o presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizará uma visita de Estado à China, entre os dias 26 a 31 de março”, escreveu Hua no Twitter na sexta (17). Em outra publicação na rede social, Hua falou que Brasil e China são “grandes países em desenvolvimento e importantes mercados emergentes”. Segundo ela, as nações são “parceiras estratégicas globais” e “têm formado um exemplo de solidariedade, cooperação e desenvolvimento comum entre os grandes países em desenvolvimento”. A ministra-adjunta declarou que a ida de Lula à China levará a parceria “a um novo patamar”. A visita de Lula à China começa em Pequim e termina em Xangai. A cidade é sede do NDB, o banco dos Brics, cuja chefia deverá ser assumida pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) na presença do chefe do Executivo. Lula visitará a sede do banco, segundo o Palácio do Planalto. O encontro de Lula com o presidente chinês, Xi Jinping, está marcado para 28 de março, em Pequim. Durante a viagem oficial “serão tratados temas da ampla pauta bilateral, incluindo comércio, investimentos, reindustrialização, transição energética, mudança climática e paz e segurança mundial”, segundo o governo brasileiro. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### Para a OCDE, o Banco Central está na direção certa

Poder Executivo | 17/03/2023 – 08h00min

Enquanto o governo Lula continua a pressionar o Banco Central a baixar logo os juros, a avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de que a autoridade monetária tem tomado as decisões corretas. ‘Sim, o Banco Central tem agido na direção certa’, afirma o economista Jens Arnold, chefe da divisão na OCDE que acompanha a situação brasileira. A entidade publicou na sexta-feira (17) seu novo relatório sobre as perspectivas econômicas globais, no qual rebaixou ligeiramente a projeção de crescimento para o Brasil. Em novembro, a estimativa era de crescimento de 1,2% para este ano. Agora, é de 1%. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TRABALHISTA

### Tarcísio não deve cumprir promessa de subir mínimo em SP a R\$ 1.550

Poder Executivo | 17/03/2023 – 15h16min

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) negocia com movimentos sindicais o novo valor do salário mínimo no Estado de São Paulo para a encaminhar a proposta à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) até o fim deste mês. A tendência, porém, é de que o governador não consiga cumprir os R\$ 1.550 prometidos durante a campanha eleitoral do ano passado nem chegar aos R\$ 1.806,59 reivindicados pelas centrais sindicais. A proposta dos sindicatos é considerada “completamente inviável”. O Palácio dos Bandeirantes afirma ter feito “análises de impacto” do novo piso salarial e trabalha atualmente com um cenário no qual o mínimo deverá ficar abaixo de R\$ 1.550, sem especificar um valor exato. No ano passado, durante debate no segundo turno das eleições com Fernando Haddad (PT), realizado pela TV Globo no dia 27 de outubro, Tarcísio disse que, se eleito, o salário mínimo em São Paulo seria entre R\$ 1.550 e R\$ 1.600. Segundo a secretária-executiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Juliana Cardoso, não há atualmente margem na Lei Orçamentária Anual (LOA) para chegar aos R\$ 1.550 prometidos por Tarcísio durante a

campanha, uma vez que parte do reajuste também é incorporado pelo setor público. “Se aumentar muito, o Estado também não consegue absorver esse aumento. Esse acaba sendo o nosso fator limitante”, diz. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Nova lei de SP tenta ampliar emprego de PCDs**

Poder Executivo | 17/03/2023 – 13h

O governo do estado de São Paulo sancionou no começo deste mês a [Lei nº 17.645/2023](#), que institui a Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência. A lei prevê que haja mediação para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, promovendo a capacitação segundo as suas potencialidades e auxiliando empregadores no processo de inclusão. Também há previsão de remuneração e benefícios iguais aos de pessoas sem deficiência que desempenham a mesma função. Segundo Marcos da Costa, Secretário da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a lei amplia a base legal para avançar em programas de empregabilidade e empreendedorismo como os Polos de Empregabilidade Assistiva, que buscam apoiar a pessoa com deficiência na busca por emprego. Entre os serviços disponíveis estão cursos para capacitação e avaliação das habilidades dos candidatos, além do cadastro para vagas e auxílio a empresas na identificação de adequações necessárias para superar barreiras à atuação da pessoa com deficiência. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF  
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: [foco@foco-legislativo.com.br](mailto:foco@foco-legislativo.com.br)